Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, na sala de sessões do edifício da Junta de Freguesia da Raimonda, reuniu a Assembleia de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- Apreciação e votação da ata da assembleia ordinária anterior;

2- Apreciação e votação do Orçamento para o ano de 2021;

3- Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimentos para o período 2021/2025;

4- Apreciação e votação do Plano Orçamental Plurianual para o período 2021/2025;

5- Apreciação e votação da Tabela de Taxas para 2021;

6- Atividade corrente

7- Outros assuntos.

Foi aberta a sessão, às vinte e uma horas, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, estando presentes os seguintes membros:

- O Presidente – Rui Pedro Duarte de Sousa.

- 1ª Secretária – Vera Sílvia Meireles Martins

- 2ª Secretária- Liliana Soraia Oliveira Santos

- Membros - Fernando Venâncio Ribeiro Martins, João de Sousa Meireles, Hélder Roberto Moura Gonçalves, Maria Alcina Silva Neto, Ulisses Agostinho Borges Morais em substituição do elemento do Partido Social Democrata Rui Cândido da Cunha Andrade e Verónica Alexandra Ribeiro Coelho em substituição do elemento do Partido Socialista José Luís Soares Martins.

Participaram ainda na sessão os seguintes membros do executivo da Junta de Freguesia:

- O Presidente – Jocelino Gonçalves Moreira

- O Secretário – António Manuel Martins Valente dos Santos

- A Tesoureira - Ana Cristina Meireles Martins

O Presidente da Mesa antes da ordem de trabalhos, começou por cumprimentar o público presente. Foi proposto, de forma unânime, pelos membros da Assembleia de Freguesia, um voto de pesar pelo falecimento da Professora Maria Ermelinda Oliveira Leão e dirigidas as condolências à família. Este voto de pesar foi levado a votação e aprovado, também por unanimidade, ficando anexo a esta ata. Foi proposto e cumprido um minuto de silêncio. De seguida, o Presidente da Mesa perguntou ao público presente se tinha alguma questão para colocar. Não tendo sido feita nenhuma inscrição, foram apresentados os pontos a ser tratados nesta assembleia e dado início à ordem de trabalhos.

Ponto número Um- Apreciação e votação da ata da assembleia ordinária anterior;

A ata foi enviada atempadamente a todos os membros, não houve nenhuma sugestão de alteração, pelo que se passou à votação, tendo sido a ata ordinária aprovada com 8 votos a favor e uma abstenção do elemento do Partido Socialista, Verónica Coelho.

Ponto número Dois- Apreciação e votação do Orçamento para o ano de 2021;

Tinha sido enviada previamente aos elementos da Assembleia informação relativa a este ponto. Foi dada a palavra à Senhora Tesoureira da Junta que explicou que devido a uma alteração relacionada com o SNC, teve de se apresentar um plano plurianual para o triénio 2021-2025. Referiu que se trata de uma previsão para o orçamento para os próximos anos e que como é a primeira vez que se faz ainda estão a analisar como se faz. Fizeram uma previsão com uma alteração dos valores baseados na inflação, mas referiu que provavelmente no ano seguinte poderá haver alterações. A Senhora Tesoureira referiu que era necessário entregar uma nova folha no plano plurianual de investimentos e que na altura da conversão, o informático tinha feito uma alteração numa das rubricas que não estava prevista e que só tinham detetado no dia anterior pelo que iriam entregar um novo plano plurianual de investimentos à assembleia. Relativamente ao orçamento mencionou que tinha havido um reforço das verbas da receita na parte dos cemitérios e na despesa nomeadamente nas despesas de capital para o parque e também para o cemitério. A senhora Alcina Neto mencionou que vê-se um reforço nos valores, que são significativos na rubrica dos cemitérios e também na parte da Câmara e se já têm uma previsão de quando terão esse valor, os 55000 do cemitério e os 45000 na Câmara. A Senhora Tesoureira respondeu que em relação ao cemitério planeiam construir várias capelas e estão a negociar a construção de algumas, pelo que fizeram uma estimativa e que apesar de serem previsões,com base no negociado contam receber esse valor. Relativamente à Câmara Municipal houve assembleia e sabem que foi negociado esse valor e contam receber pelo menos esse valor. A Senhora Alcina Neto mencionou que a construção de uma ou duas capelas seria uma boa perspetivam, mas se se baseavam em contactos já desenvolvidos e perguntou se o valor da receita se refletia na despesa. A Senhora Tesoureira respondeu que já tinham vendido duas campas e que iriam tentar continuar a fazer negociações. O Senhor Presidente da Mesa referiu que prevê-se então um acréscimo de 30% em relação ao orçamento do ano anterior o que seria positivo. O ponto número dois foi levado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto número Três- Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimentos para o período 2021/2025

A Senhora Tesoureira referiu que o ponto 4 vem no seguimento do ponto 2 e estão interligados, mas que vai passar ao ponto três. Começou por pedir desculpa pela alteração em cima da hora, mas só na véspera repararam que tinham havido alterações, que tinha havido uma divisão inicial por construção do parque de lazer e obras do cemitério e que o informático tinha colocado tudo nas obras e arruamentos, o que levou à tal alteração e que tinha sido retirado da rubrica obras e arruamentos para a rubrica construção do parque de lazer e obras do cemitério. Referiu que o valor deste ano era o que estava previsto, nos restantes anos estava a previsão até 2025, sendo os mesmos valores, mas estavam divididos de outra forma. O Senhor Secretário da Junta explicou que os dois documentos se complementavam, que o plano orçamental plurianual requer um levantamento de todas as rubricas do orçamento e que na parte de despesa de capital é que se fez uma retificação ao longo dos anos para poder ser um orçamento equilibrado. Disse também que este orçamento tinha de bater certo com o plano plurianual de investimentos, que são previsões, mas tentaram que estivesse o mais aproximado da realidade possível. Referiu que o total dos orçamentos foi feito com um crescimento de mais ou menos 5% ao ano e que na questão das despesas de capital andará nos 2,5 a 3%, o que consideram que é o razoável. O Senhor Hélder Gonçalves referiu que no plano plurianual de investimentos do ano anterior estava previsto para 2021 um gasto de 10000 e que duplicou para 20000, pelo que gostaria de saber porquê esta duplicação e que na rubrica obras e arruamentos, estava previsto 10000 para 2021 e foi alterado para 5000, questionando sobre o que iria ser considerado nesses pontos. A Senhora Tesoureira explicou que tiveram que duplicar pois tiveram muitas despesas nas drenagens das águas, que gastaram mais nas rotas do parque de lazer, do que estavam a contar inicialmente e que prevêm gastar também em equipamentos, em relva, e outros pormenores. Referiu também que no final do ano fizeram algumas ruas como a Viela da Corujeira e a Rua da Agra pelo que a previsão para o ano de 2021 é que gastem menos e que esses gastos sejam com pequenos obras que possam vir a ser necessárias. O Senhor Helder Gonçalves perguntou se nestes 5000 euros estavam previstos gastos com alguma rua, ao que a Senhora Tesoureira respondeu que estão a planear gastar em pequenas obras que possam vir a ser necessárias. O ponto número três foi levado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto número Quatro- Apreciação e votação do Plano Orçamental Plurianual para o período 2021/2025;

O Senhor Presidente da Mesa começou por mencionar que o ponto 4 é uma previsão e um resumo dos próximos orçamentos, ou seja o Plano Plurianual de Investimentos referia-se mais à parte da despesa e o Plano Orçamental Plurianual comporta a despesa e a receita, sendo um documento mais completo, ao que a Senhora Tesoureira disse que sim e referiu ainda que houve algumas alterações relacionadas com a inflação em algumas rubricas. É a primeira vez que fazem este documento e, sendo uma previsão, e poderão haver retificações. O ponto número quatro foi levado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto número Cinco- Apreciação e votação da Tabela de Taxas para 2021

A Senhora Tesoureira explicou que este ponto tinha de ser aprovado todos os anos e que os valores eram os mesmos que tinham sido atualizados em junho, nomeadamente a taxa de utilização do trator e as capelas novas. O Senhor Ulisses perguntou se a taxa do trator já estava a ser cobrada, ao que o Senhor Secretário da Junta respondeu que sim e que tem recebido encomendas de composto pelo que cobram esse valor pela entrega do mesmo. Mencionou ainda que esta taxa apenas tinha sido criada para evitar abusos. O ponto número cinco foi levado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto número Seis- Atividade corrente

Em relação a este ponto tinha sido enviado previamente para todos os elementos da assembleia de freguesia a atividade corrente. A Senhora Alcina Neto questionou qual era a nova associação que estava a ser criada e que se encontrava mencionada na atividade corrente e qual o âmbito, se social ou cultural. O Senhor Presidente da Junta respondeu que essa associação ainda não estava criada, mas que seria de âmbito cultural e que foram contactados nesse sentido. O Senhor Ulisses Morais deu os parabéns em seu nome e dos seus colegas pela iniciativa dos assentos, mas alertou para o facto de haver pessoas que ficaram confusas e que ficaram a pensar que compraram aquela cadeira para uso próprio, pelo que seria importante esclarecer as pessoas. O Senhor Presidente da Junta perguntou o que entendia por esta iniciativa, ao que o Senhor Ulisses Morais respondeu que quem comprou a cadeira tem o nome na cadeira, mas que não tem direito permanente a essa cadeira. No entanto, acha importante esclarecer esta situação com as pessoas e explicar melhor. O Senhor Presidente da Junta respondeu que é exatamente assim e que já se apercebeu que há pessoas com essa dúvida e que vai esclarecendo pontualmente. Solicitou a todos os presentes que quando soubessem da existência dessas dúvidas, tentassem esclarecer. O Senhor Ulisses Morais disse que a lógica é que as pessoas percebam que o valor de dez euros não daria acesso a uso vitalício da cadeira mas que, no entanto, estas dúvidas têm surgido, sendo colocadas também aos dirigentes do clube, pelo que aconselhou a que houvesse um esclarecimento, ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que futuramente iria fazer esse esclarecimento. Não havendo mais questões a colocar passou-se ao ponto seguinte.

Ponto número Sete- Outros assuntos

O Senhor Venâncio Martins referiu que tem visto obras em algumas ruas de Raimonda, questionando para quando está prevista a Rua de Agrelos, que está bastante danificada e cheia de buracos, assim como questionou em relação às luminárias led quando estariam disponíveis em todas as ruas como previsto inicialmente. O Senhor Presidente da Junta respondeu que ainda não tinham desistido da Rua de Agrelos e que entretanto têm vindo a colmatar outras necessidades. Respondeu ainda que o Executivo tem todo o interesse em concretizar essa obra, embora se trate de uma obra complexa dadas as infraestruturas necessárias, iluminação, saneamento, internet e que neste momento o interesse do Executivo é sobretudo asfaltar a rua, embora tudo seja necessário. Referiu ainda que para realizarem esta obra terão de ter o apoio da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma rua com cerca de 800 metros e é um projeto com um valor significativo. O Senhor Venâncio Martins referiu que há pontos desta rua que estão intransitáveis e que o asfalto neste momento seria sem dúvida o mais importante, ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que poderiam minimizar os danos, mas dado o volume de obras necessário seriam apenas pequenas obras. Referiu também que tem alertado a Câmara Municipal para estas condições em que a rua se encontra e que é importante que os utilizadores também o reforcem, havendo algumas expectativas em que se concretize. Em relação às luminárias led, o Senhor Presidente da Junta disse que realmente as luminárias deveriam ter sido colocadas em todas as ruas, faltando em parte da Rua Fonte do Barreiro e parte da Rua da Aldeia Nova, mas que este processo ainda não estava concluído, que em algumas ruas (Travessa da Aldeia Nova, Rua da Costa, Rua do Picoto e em situações pontuais) conseguiram umas luminárias mais fracas para serem colocadas, pois sendo ruas secundárias, as condições das ruas o permitiam. Relativamente às duas ruas em questão optaram por não colocar estas luminárias porque não ficariam bem e dariam pouca iluminação, para além de que o problema iria ficar remediado e não definitivamente resolvido, pelo que continuam a aguardar a colocação de luminárias led pela Câmara para essas ruas e que continuarão a insistir até ao fim do mandato nesse sentido. O Senhor Venâncio Martins mencionou que tendo sido uma medida a implementar em todo o concelho, deveria ter sido desenvolvida em todas as ruas de todas as freguesias. A Senhora Soraia Santos questionou em relação à creche, que viu a notícia de aprovação da creche e que gostaria de saber qual a fase seguinte e para quando estaria prevista a abertura. O Senhor Presidente da Junta explicou que desde que o Executivo iniciou funções se preocupou com a questão da creche. Explicou que o Jardim de Infância tinha passado para o Centro Escolar e que apesar de haver quem discordasse, até à data este processo de mudança tinha corrido bem. O antigo Jardim de Infância tinha ficado vago e havia um interesse de todas as partes em dinamizar esse espaço. A Câmara tinha usufruto do edifício do Jardim de Infância e abdicou desse usufruto, a Junta tinha direito de preferência, mas também abdicou do seu direito em favor do Centro Social. O Centro Social concorreu no final de 2019 ao programa Pares, nos primeiros resultados não conseguiram este apoio, mas todos os esforços foram desenvolvidos no sentido de conseguir que fosse aprovada, o que acabou por acontecer. Referiu ainda que considera uma grande vitória para a freguesia, pois não havia resposta nesta área e as crianças acabavam por ir para outras freguesias. Disse, de seguida, que aguarda que assinem o protocolo com a Segurança Social para breve, para poderem prosseguir com o processo e que a Junta até ao momento tinha desenvolvido todos os esforços para que este projeto fosse possível, mas que agora estaria a cargo do Centro Social. O Senhor Hélder Gonçalves questionou em relação à Rua da Aldeia Nova, que sabia que a Câmara já lá tinha estado e quais os desenvolvimentos. Disse que as luminárias led não tinham sido promessas de campanha, mas que na campanha tinha sido anunciada a conclusão da colocação das luminárias led e que estávamos no último ano de mandato e a situação não estava resolvida. Disse também que sabia que o Senhor Presidente da Junta não gosta de concluir obras no fim do mandato, o que acontece é que esta situação deveria ser resolvida. Questionou ainda o Executivo se em relação à construção do Pavilhão Multiusos iria ser celebrado algum protocolo para salvaguardar possíveis abusos no futuro e se não iria ser apresentado à Assembleia. O Senhor Presidente da Junta disse que foram eleitos para um mandato de quatro anos e que têm vários pontos a ter em conta para tomarem as decisões e definirem prioridades. Em relação à Rua da Aldeia Nova disse que têm sido confrontados com muitas questões e que estão à espera de uns taipais há muito tempo, mas que ainda não vieram, porque há outras obras atrasadas. O Senhor Presidente da Junta referiu que nunca disse que não faria obras no último ano de mandato, apenas disse que não iniciaria obras importantes nos últimos três meses antes das eleições. Mencionou ainda que o Executivo também está preocupado com a situação das luminárias led e que têm todo o interesse em que sejam colocadas. Em relação ao Pavilhão Multiusos, o senhor Presidente da Junta disse que numa lógica de proactividade cederam o terreno e deram apoio, que houve resistência por parte de alguns sectores da freguesia, mas que o pavilhão foi feito e está quase terminado, que o objetivo é ser utilizado apenas para as festas. Disse também que a maior parte do dinheiro com o qual foi construído veio das festas e que já no início tinham falado sobre um protocolo com a Comissão de Festas, onde constassem regras de utilização, esse protocolo iria ser assinado no final. Informou que já estão a tratar do assunto, mas ainda não está terminado e a obra ainda não está acabada. Referiu que a entidade responsável pelo pavilhão seriam as sucessivas comissões de festas, sendo o protocolo todos os anos renovado. Referiu ainda que desde que o Executivo tinha assumido funções, houve sempre essa preocupação e que já é o segundo ano consecutivo que assinam protocolos com as associações que utilizam as intalações das antigas escolas. O Senhor Hélder Gonçalves questionou novamente se, à semelhança do que se fez em relação aos protocolos das escolas antigas que foram apresentados à Assembleia, este também seria apresentado. O Senhor Secretário da Junta disse que o protocolo não tem obrigatoriamente que ser apresentado em Assembleia, mas que têm tido essa consideração pela Assembleia e que acham que o devem fazer, referiu ainda que quando estiver tudo finalizado, o protocolo será apresentado à Assembleia. O Senhor Ulisses Morais disse que em relação às escolas o edifício era da junta e se as associações saírem entregam a chave novamente à Junta e fica resolvido, mas que no caso da Comissão de Festas, eles é que construíram, de quem é a chave e como esta passa de ano para ano. Referiu também que pessoas que já foram festeiros ou irão ser, comentam que se sobrar dinheiro depois das festas, o pavilhão é para aumentar e que já combinaram isso com o Presidente da Junta. O Senhor Presidente da Junta disse que até ao momento ninguém falou sobre isso, mas que se a qualquer momento surgir essa ideia estarão recetivos para o fazer, e que isso mostra o dinamismo dos raimondenses. O Senhor Ulisses Morais disse que no seu entendimento achava que seria mais importante uma cobertura do que cadeiras para o campo de futebol e que nas últimas candidaturas às eleições autárquicas o PS tinha prometido a cobertura do campo do Raimonda, ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que não tinha prometido. O Senhor Ulisses Morais reforçou que tinha havido essa promessa e que numa próxima assembleia traria o manifesto para mostrar aos presentes. O Senhor Presidente da Junta disse para o Senhor Ulisses Morais trazer esse manifesto e que se estivesse enganado seria o primeiro a pedir desculpa e a retratar-se. O Senhor Ulisses Morais disse que há também outras promessas que foram feitas e ainda não estão cumpridas, mencionando que pelo que vê, uma promessa pode não ser para um mandato e que quando alguém se candidata é para quatro anos e não para fazer promessas para oito anos ou dez. O Senhor Presidente da Junta perguntou aos Senhor Ulisses em relação ao que prometeu a meio da mandato e disse que era impossível, que gostava de saber efetivamente ao que o Senhor Ulisses Morais se referia, ao que este respondeu que por exemplo em relação ao parque de lazer o Senhor Presidente da Junta tinha dito ao fim de dois anos de mandato que não era em quatro anos que se fazia e que também tinham apresentado maquetes de projetos que não se concretizaram. A Senhora Tesoureira disse que a promessa do parque de lazer tinha sido feita durante 20 anos e que outros Executivos tinham inclusive feito cartazes a publicitar a obra, que nunca se concretizou, ao que o Senhor Ulisses Morais respondeu que nessa altura deviam ter questionado em relação a isso e que agora cabia a ele questionar, porque assistiu a isso. O Senhor Presidente da Junta disse que prometeu e que as obras foram iniciadas. Referiu ainda que o parque de lazer é uma realidade, a Rua da Torre todos prometiam que faziam e não cumpriam, a Rua Arménio Bica, mas que a Rua de Agrelos continua a ser a sua preocupação e que é uma obra muito importante para a freguesia, no entanto o mandato ainda não acabou pelo que espera que ainda possa ser realizada. Mencionou também que algumas destas propostas eram dos dois partidos, mas que agora quem estava a fazer era este Executivo. O Senhor Ulisses Morais perguntou para quando estava prevista a construção do edifício de apoio às atividades conforme prometido, ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que já está feito. O Senhor Ulisses Morais questionou então se o pavilhão é da Comissão de Festas, se é da freguesia ou da Junta e referiu que o Senhor Presidente da Junta tentou não dar resposta, fugindo ao assunto. O Senhor Presidente da Junta disse que percebe que há uma estratégia para desestabilizar e que já estaria à espera desta estratégia, mas não para esta Assembleia, que não se importa de falar sobre as coisa, mas de outra forma. Disse, de seguida, que quando foram eleitos, muitas pessoas achavam que não teriam condições para conseguir realizar as atividades a que se propunham, mas que fizeram várias obras ao longo do mandato e que pessoas que não acreditavam na altura dizem agora que a Junta está a fazer um bom trabalho. Disse ainda que a melhor maneira de avaliar o trabalho feito é ir a eleições e saber a opinião dos raimondenses. Referiu que tem noção que é desagradável estar na oposição e ver obras todos os dias, que podem ver que foram feitas várias obras, que o mandato são quatro anos e que as obras vão sendo feitas ao longo desse tempo. Refere que a junta teve um papel preponderante para que o pavilhão fosse realizado e acha que as pessoas têm de se questionar porque razão neste mandato se passa tanta coisa e porque razão o que está a acontecer agora não aconteceu no anterior mandato. O Senhor Ulisses Morais insistiu várias vezes que o Senhor Presidente da Junta ainda não tinha respondido à questão que tinha colocado sobre o pavilhão multiusos. O senhor Presidente da Mesa solicitou que o Senhor Ulisses Morais reformulasse a questão, e o mesmo disse que conforme o que estava a ser falado, quem tinha feito o pavilhão multiusos tinha sido a Comissão de Festas e não a Junta, e que a Junta poderá apenas ter dado apoio. O Senhor Presidente da Junta respondeu então que se não foi a Junta, foi o Menino Jesus, ao que o Senhor Ulisses Morais concluiu que se não foi a Comissão de Festas então foi a Junta que fez. O Senhor Presidente da Mesa pediu calma aos presentes e solicitou que o Senhor Presidente da Junta respondesse ao Senhor Ulisses Morais em relação a quem fez o pavilhão, o Senhor Presidente da Junta respondeu que foi o Paulo Careca. O Senhor Ulisses Morais abandonou a sala dizendo que tinha sido ofendido e gozado pelo Senhor Presidente da Junta. O Senhor Presidente da Junta disse que não considerava que tinha sido ofensivo no que tinha dito. O Senhor Presidente da Mesa disse que na Assembleia as pessoas são livres de dizer o que entenderem, mas têm de assumir a responsabilidade pelo que dizem, que há liberdade de expressão dentro da Assembleia, mas o que é dito fica vinculado a quem o diz. O Senhor Secretário da Junta disse que tudo se proporcionou para que o pavilhão fosse feito e pudesse beneficiar a freguesia e que não considerava importante saber de quem era, mas sim que fosse uma mais valia. Referiu que haverá da parte da Junta abertura para possíveis obras de melhoramento que possam vir a ser propostas no futuro, e que ninguém impôs a nenhuma comissão de festas que o dinheiro adquirido pelas comissões de festas seria para gastar no pavilhão multiusos, mas que se decidirem fazer obras de alargamento em algum momentos estarão recetivos para um entendimento. Disse ainda que havia questões que não poderiam ser esclarecidas no momento porque a obra era muito recente, mas em próximas reuniões o fariam. O Senhor Hélder Gonçalves disse que ficou esclarecido, mas que o colega de bancada Ulisses Morais tinha aprofundado mais esse tema, porque algumas pessoas os teriam abordado com esta dúvida. Disse ainda que quando falou em fazer o protocolo, foi porque também tinha ouvido pessoas a perguntar se seria da Junta ou se seria para ser utilizado por todos. Se tinha sido feito com um propósito, teria de aver regras de utilização. Pediu de seguida desculpa em nome da bancada por o colega Ulisses Morais se ter exaltado e abandonado a sala e disse que se há oportunidades que surgem, têm de se aproveitar, que não importa quem faz, o que importa é que se faz, desde que devidamente salvaguardadas as regras. O Senhor Secretário da Junta disse que às vezes as pessoas percebem muito mal as coisas e é importante esclarecer. A Senhora Alcina Neto disse que o que gerou esta questão foi que o pavilhão não é o substituto do pavilhão multiusos que foi prometido em campanha eleitoral e que contrução pode ter sido patrocinada pelo Junta, mas não é o edifício prometido, ao que o Senhor Secretário da Junta respondeu que aproveitaram a oportunidade. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente da Mesa lamentou pelo acontecimento registado e a sessão foi encerrada pelas vinte e duas horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob responsabilidade da 1ª Secretária Vera Sílvia Meireles Martins, que vai ser assinada nos termos da Lei por todos os presentes.